

Ata N.º	01/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 01/2016 DE 15 DE JANEIRO

----- Aos **quinze** dias do mês de **janeiro** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em doze de janeiro de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Eficiência Energética – Instalação de Luminárias e Lâmpadas LED na Iluminação Pública.** -----

----- O Sr. Presidente informou que foi já concluída a empreitada de obras públicas, com fornecimento e instalação de luminárias e lâmpadas LED, adjudicada em novembro do ano passado, cofinanciada pelo POVT no âmbito do projeto “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Viseu Dão Lafões” candidatado pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) e envolvendo treze dos municípios associados, e que permitiu melhorar significativamente a iluminação pública na sede do Município e nas sedes das freguesias. -----

----- Mais informou que está em negociação em Bruxelas a possibilidade de cofinanciamento no âmbito da eficiência energética em edifícios e instalações de

entidades públicas, bem como em discussão a questão dos Contratos de Partilha de Poupanças Líquidas celebrados entre os municípios e o Fundo de Eficiência Energética (FEE) criado junto da Direção Geral de Energia e Geologia, que obrigam os municípios beneficiários do referido projeto a comparticiparem para aquele Fundo, destinado a financiar os programas e medidas previstas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE). -----

----- A este propósito o Sr. Vereador Cristóvão Ferreira manifestou ser positiva a introdução das luminárias e lâmpadas LED, fazendo votos que se consiga dar o passo seguinte para alargar o sistema. -----

----- **b) Condições climatéricas – Chuvas intensas – Danos materiais no Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva – Lençóis de água abundantes na Avenida Aquilino Ribeiro.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira referiu-se aos danos verificados no Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva recentemente construído, decorrente das chuvas intensas que se fizeram sentir recentemente, sendo significativos os danos causados nas pontes/passadiços, julgando dever ser chamado à responsabilidade o empreiteiro das obras para reparar/corrigir os estragos já que estes parecem não decorrer somente das condições climatéricas. Também na Avenida Aquilino Ribeiro em Vila Nova de Paiva apresentou lençóis abundantes de água que chegaram a ultrapassar as guias dos passeios, colocando em sérios riscos a circulação naquela via.

----- O Sr. Presidente informou que relativamente ao Parque Urbano vai seguir notificação ao empreiteiro para proceder às reparações que lhe digam respeito, estando também em preparação um plano de manutenção do parque. Quanto à Avenida Aquilino Ribeiro informou que está em estudo a melhoria das condições de escoamento. -----

----- **c) Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva – Dificuldades de saída em dia da Feira Quinzenal de Vila Nova de Paiva.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira pediu a atenção do Sr. Presidente para o facto de nos dias da Feira Quinzenal de Vila nova de Paiva, realizada no designado “Largo da Feira” se verificar recorrentemente a dificuldade sentida pelos Bombeiros Voluntários de saírem com as suas viaturas, em virtude de vários feirantes instalarem as suas tendas em frente ao quartel, chegando ao ponto de amarrarem as cordas de sustentação aos portões do quartel, barrando praticamente a saída do quartel. -----

----- A fiscalização com um funcionário que se vem verificando é manifestamente insuficiente. Propõe que o funcionário passe a ser acompanhado com a autoridade policial por forma a ser respeitado o ordenamento da feira. Também o lixo deixado em

Ata N.º	01/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

grande quantidade pelos feirantes (papelões, plásticos, etc.) é absolutamente lamentável, quer pela falta de civismo destes quer pelos encargos que importam para a Câmara Municipal as várias horas extraordinárias que paga a funcionários para a limpeza da feira., quando inclusive sabe que há muitos feirantes, nomeadamente de etnia cigana, que não pagam sequer as taxas do terrado que ocupam. É uma situação que importa resolver quanto antes. -----

----- O Sr. Presidente informou que já solicitou o levantamento dos feirantes que não têm pago taxa do terrado, tendo em vista fazer cessar a concessão do terrado. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 18 dezembro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção da Sr.^a Vereadora substituta Liliana Ferreira Soares por não ter estado presente, aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária de dezoito de dezembro de 2015. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 16.^a e 17.^a Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e 18.^a, 19.^a e 20.^a Alterações ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara, respetivamente, de 11 de dezembro, 18 de dezembro e 30 de dezembro de 2015, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Sandra Maria Morais Cardoso Loureiro, de Touro** – Por requerimento registado em 18 de agosto de 2015 vem requerer o reembolso, na parte proporcional, da importância de € 2.310,00 (dois mil trezentos e dez euros) que pagou pela extensão da ligação de rede de água domiciliária à sua habitação sita no Lugar de Cruzinha de Cima, n.º 203, na povoação e freguesia de Touro – Informação n.º 87/2015, de 17 de novembro do Técnico Superior (Jurista) Paulo Ramos, tendo em anexo as Informações N.ºs 027/RC/DUA, de 4 de setembro, 02/RC/DUA, de 24 de janeiro de 2011 e 024/RC/DTOU, de 22 de setembro de 2015.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade, em conformidade com o disposto no art.º 12.º, n.º 5, do Regulamento Municipal de Águas e Drenagem de Águas Residuais, autorizar o pagamento, a título de reembolso, da importância de quinhentos euros, no prazo de trinta dias, correspondente à parte

proporcional do custo da rede domiciliária de água paga pela requerente em 21 de fevereiro de 2011, em virtude de se ter edificado outra habitação no referido lugar. ----

----- c) Prestação de Contas de 2010 – Homologação do Tribunal de Contas (Processo n.º 18.047/2010) – Recomendações. -----

----- Foi presente à reunião o ofício n.º 718/2006, de 8 de janeiro (Proc. DVIC/1820/2015, de 14 de dezembro de 2015), do Tribunal de Contas, registado nesta Câmara Municipal em 11 de janeiro de 2016, tendo em anexo o Relatório n.º 68/15 sobre a Verificação Interna de Contas de 2010 e Recomendações futuras, que foi oportunamente remetido à Vereação. -----

----- Naquele ofício e recomendações são abordados aspetos ligados a acordos de regularização de dívidas celebrados com alguns fornecedores nos anos de 2006 e 2007, ainda com efeitos financeiros em 2010, e a sua atual impossibilidade de realização à luz do art.º 49.º, n.º 7, alínea c), do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de setembro. -----

----- Mais recomenda aquele Tribunal que devem ser tidos em devida atenção os mecanismos de alerta precoce de desvios atualmente estipulados no art.º 56.º, n.º 3, do referido RFALEI, e quanto às medidas a tomar nos casos em que se verifiquem, em dois anos consecutivos, taxas de execução da receita previstas nos orçamentos respetivos inferiores a oitenta e cinco por cento, dado que a não observância daqueles normativos constitui infração financeira nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento, tendo o Sr. Presidente da Câmara feito algumas considerações, nomeadamente no capítulo referente ao facto de terem sido celebrados acordos que em dois mil e sete já não o poderiam ser. -----

----- d) Autorização de abertura de conta bancária de depósito à ordem no Banco Santander Totta, S.A. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de janeiro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Na sequência de procedimento de ajuste direto aberto ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, com consulta a seis entidades financeiras, cuja tramitação decorreu na plataforma eletrónica de contratação pública da acinGov, foi adjudicada ao Banco Santander Totta, S.A. uma operação de locação financeira mobiliária (leasing) para financiamento de um veículo comercial ligeiro em

Ata N.º	01/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

estado de novo (pick-up da marca Mitsubishi, modelo L 200 4x4 Cabine Club Invite 3 lugares, versão 2.4 DI-D), para os serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), com um prazo contratual de quatro anos.

b) É necessário proceder à abertura de uma conta bancária de depósito à ordem em nome do Município de Vila Nova de Paiva, para efeitos nomeadamente de processamento das prestações de capital e juros relacionadas com aquela operação de locação.

c) De harmonia com o n.º 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, “a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue”.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que autorize a abertura de uma conta bancária de depósito à ordem na Agência do Banco Santander Totta, S.A. sita na Rua Formosa na cidade de Viseu, a utilizar para operações orçamentais do Município, nomeadamente para todos os movimentos financeiros referentes à referida operação de locação financeira mobiliária.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, e autorizar a abertura da referida conta bancária de depósito à ordem. -----

----- e) Eleição para o Presidente da Republica de 24 de janeiro de 2016 - Gratificação dos membros das mesas eleitorais constituídas para a eleição – Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 13 de janeiro de 2015, do seguinte teor integral:

“Considerando que:

a) De harmonia com o art.º 9.º da Lei n.º 22/99, de 21 de Abril, na redação da Lei n.º 18/2014, de 10 de Abril, aos membros das mesas eleitorais é atribuída uma gratificação, atualizável e isenta de tributação, no valor de € 50,00 (cinquenta euros);

b) As verbas para os membros das mesas eleitorais são transferidas para os municípios pela Direção Geral da Administração Interna (DGAI), devendo estes de seguida processarem as gratificações aos referidos membros das mesas.

c) Neste Município irão funcionar sete mesas eleitorais na Eleição do Presidente da República a realizar no próximo dia 24 de janeiro de 2016, cada uma

constituída por cinco membros, pelo que o total das gratificações a processar ascende, salvo eventual atualização da gratificação, a € 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta euros), correspondendo € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) a cada mesa eleitoral;

d) Em atos eleitorais anteriores têm-se constatado que a transferência das verbas pela DGAI envolve ainda alguma morosidade;

Assim, tendo em vista possibilitar que as referidas gratificações possam ser processadas e pagas, em tempo oportuno, aos membros das mesas eleitorais, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere autorizar a transferência das seguintes importâncias para as Juntas de Freguesia do Município, para estas processarem as gratificações aos membros das respetivas mesas eleitorais:

a) € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) para as Juntas de Freguesia de Pendilhe, de Queiriga, do Touro e de Vila Cova à Coelheira, dado em cada uma delas ir funcionar uma única mesa eleitoral;

b) € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, dado nesta freguesia irem funcionar três mesas eleitorais correspondentes a três secções de voto.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, e autorizar a referida transferência de verbas. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva

Reunião ordinária de 15 de janeiro de 2016

Ata N.º	01/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	